

Sumário

PARTE I DIREITO ELEITORAL MATERIAL

Capítulo 1 – Fundamentos do Direito Eleitoral.....	33
1.1. Direito Eleitoral	33
1.2. O desenvolvimento da ciência eleitoralista e sua relação com a democracia	34
1.3. Fundamentos do Direito Eleitoral.....	38
Capítulo 2 – Legislação Eleitoral.....	43
2.1. Competência legislativa.....	43
2.2. O princípio da anterioridade eleitoral.....	44
2.3. Constituição Federal	45
2.4. Código Eleitoral.....	50
2.5. Leis Esparsas	50
2.5.1. LC nº 64/90 – Lei das Inelegibilidades	51
2.5.2. Lei nº 9.096/95 – Lei dos Partidos Políticos.....	51
2.5.3. Lei nº 9.504/97 – Lei das Eleições	52
2.6. A aplicação subsidiária do CPC, do CPP e de outras leis.....	53
2.6.1. A aplicação subsidiária do CPC ao contencioso eleitoral antes do advento do CPC/15	54
2.6.2. O art. 15 do CPC/15.....	59
2.6.2.1. A exigência de compatibilidade sistêmica	59
2.6.2.2. A inexistência de disposição legal mais adequada ao direito material.....	60
2.6.2.3. Aplicação supletiva e aplicação subsidiária	61
2.6.3. Aplicação em espécie	62
2.6.3.1. O incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	62
2.6.3.2. A contagem dos prazos em dias úteis	63
2.6.3.3. O prazo de interposição do Agravo Regimental.....	63
2.6.3.4. Contraditório substancial.....	64
2.7. Resoluções do TSE	64
2.8. Consultas	65
Capítulo 3 – Princípios do Direito Eleitoral.....	67
3.1. Princípio da anualidade (ou anterioridade da lei eleitoral)	67
3.2. Princípio da aquisição progressiva dos atos.....	68
3.3. Princípio da adequação das técnicas processuais ao calendário eleitoral	70

3.4.	Princípio da tipicidade (legalidade) dos atos eleitorais	71
3.5.	Princípio da moralidade eleitoral	72
3.6.	Princípio da liberdade do voto	73
3.7.	Princípio da sinceridade do escrutínio	75
3.8.	Princípio do <i>in dubio pro suffragii</i>	76
3.9.	Princípio da dupla titularidade do mandato.....	77
Capítulo 4 – Direitos Políticos		81
4.1.	Conceito	81
4.2.	O direito de votar	83
4.2.1.	Sufrágio e voto: delimitação conceitual	83
4.2.2.	A natureza do sufrágio: direito ou dever? A questão do voto obrigatório.....	84
4.2.3.	Características	87
4.2.3.1.	Universal	87
4.2.3.2.	Direto.....	88
4.2.3.3.	Secreto	88
4.2.3.4.	Periódico	90
4.2.3.5.	Igual.....	90
4.2.3.6.	Livre	90
4.2.3.7.	Personalíssimo	91
4.2.3.8.	Cláusula pétrea	91
4.2.4.	Alistamento	92
4.2.4.1.	Conceito	93
4.2.4.2.	Alistamento e segurança das eleições	93
4.2.4.3.	Requisitos.....	94
4.2.4.4.	Procedimento de inscrição.....	98
4.2.4.5.	O Domicílio Eleitoral e sua transferência	98
4.2.4.6.	A exclusão do eleitor do cadastro de eleitores	99
4.3.	O direito de ser votado: a capacidade eleitoral passiva.....	100
4.3.1.	Elegibilidade, inelegibilidade e incompatibilidade: distinções conceituais	100
4.3.1.1.	Elegibilidade	100
4.3.1.2.	Inelegibilidade.....	102
4.3.1.3.	Incompatibilidade	104
4.3.2.	Classificação	106
4.3.2.1.	Inatas e cominadas	106
4.3.2.2.	Inelegibilidades absolutas e relativas.....	106
4.3.2.3.	Inelegibilidades constitucionais e legais.....	107
4.3.2.4.	Inelegibilidades atuais e supervenientes.....	107
4.3.3.	A natureza do rol previsto no art. 14, § 3º, da CF/88.....	108
4.3.4.	A autorização constitucional para criação de outras hipóteses de inelegibilidade (art. 14, § 9º, da CF/88).....	109
4.3.4.1.	O prazo de cessação e as inelegibilidades processuais....	110
4.3.4.2.	Os parâmetros para criação das inelegibilidades	112

4.3.5.	Condições de elegibilidade e de inelegibilidades em espécie.....	112
4.3.5.1.	Nacionalidade brasileira	112
4.3.5.2.	Pleno exercício dos direitos políticos	113
4.3.5.3.	Alistamento eleitoral	114
4.3.5.4.	Domicílio eleitoral na circunscrição	114
4.3.5.5.	Filiação partidária	115
4.3.5.6.	Idade mínima	116
4.3.5.7.	Alfabetização.....	116
4.3.5.8.	A vedação ao terceiro mandato (art. 14, §§ 5.º e 6.º, da CF/88).....	117
4.3.5.9.	A elegibilidade de cônjuges e de parentes dos Chefes do Executivo	122
4.3.5.10.	Elegibilidade dos militares.....	124
4.3.5.11.	Inelegibilidade decorrente da perda do mandato do membro do Legislativo nas hipóteses do art. 55, I e II, da CF/88 (art. 1º, I, “b”, da LC nº 64/90).....	126
4.3.5.12.	Inelegibilidade dos chefes do Executivo (exceto Presidente) que tiverem seus mandatos cassados pelo legislativo (art. 1º, I, “c”, da LC nº 64/90)	128
4.3.5.13.	Inelegibilidade pela prática de ilícitos eleitorais	129
4.3.5.14.	Inelegibilidade decorrente de condenação criminal (art. 1º, I, e, da LC nº 64/90)	132
4.3.5.15.	Inelegibilidade dos declarados indignos do oficialato (art. 1º, I, “f”, da LC nº 64/90).....	139
4.3.5.16.	Inelegibilidade pela rejeição de contas dos administradores públicos (art. 1º, I, g, da LC nº 64/90).....	140
4.3.5.17.	A inelegibilidade decorrente do cargo ou função em instituição financeira liquidanda (art. 1º, I, i, da LC nº 64/90)	147
4.3.5.18.	Inelegibilidade em razão de renúncia ao mandato (art. 1º, I, “k”, da LC nº 64/90)	148
4.3.5.19.	Inelegibilidade pela condenação em atos dolosos de improbidade administrativa (art. 1º, I, “l”, da LC nº 64/90)	149
4.3.5.20.	Inelegibilidade decorrente da exclusão da profissão por decisão do órgão de classe (art. 1º, I, “m”) da LC nº 64/90.....	151
4.3.5.21.	A inelegibilidade pela fraude no desfazimento de vínculo familiar (art. 1º, I, “n”) da LC nº 64/90	151
4.3.5.22.	Inelegibilidade em razão de demissão do serviço público (art. 1º, I, “o”, da LC 64/90)	152
4.3.5.23.	Inelegibilidade em razão de doações eleitorais ilícitas (art. 1º, I, “p”) da LC nº 64/60.....	152
4.3.5.24.	A inelegibilidade decorrente da aposentadoria compulsória (art. 1º, I, “q”, da LC nº 64/90)	152

4.3.5.25.	Inelegibilidades decorrentes da ausência de incompatibilização (art. 1.º II a VII da LC nº 64/90).....	153
4.3.6.	O momento de aferição das condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade.....	153
4.4.	Perda e suspensão dos direitos políticos.....	158
4.4.1.	Diferença entre perda e suspensão dos direitos políticos.....	158
4.4.2.	Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado	159
4.4.3.	Recusa de cumprir obrigação legal a todos imposta ou prestação social alternativa.....	160
4.4.4.	Incapacidade civil absoluta.....	161
4.4.5.	Condenação criminal transitada em julgado.....	161
4.4.6.	Improbidade administrativa.....	162
Capítulo 5	– Partidos Políticos.....	169
5.1.	Partidos políticos e democracia.....	169
5.2.	Partido político na Constituição Federal.....	172
5.3.	Conceito e natureza jurídica do partido político.....	176
5.4.	Criação e registro dos partidos políticos.....	178
5.5.	Filiação Partidária.....	179
5.5.1.	Conceito.....	179
5.5.2.	Requisitos.....	180
5.5.3.	Procedimento e comunicação à Justiça Eleitoral pelo sistema eletrônico <i>filiaweb</i>	180
5.5.4.	A ausência de informação da filiação partidária e a duplicidade de filiação.....	181
5.6.	Administração Financeira dos partidos políticos.....	182
5.6.1.	O dever de prestar e o direito de exigir contas dos partidos políticos.....	184
5.6.2.	A necessidade de escriturar e de documentar a entrada e a saída de recursos.....	184
5.6.3.	A periodicidade da prestação de contas.....	185
5.6.4.	Recursos de fontes vedadas e as doações de pessoas jurídicas.....	185
5.6.5.	As doações oriundas do fundo partidário.....	186
5.6.6.	As sanções nas demandas de prestações de contas.....	187
5.6.7.	Um caso especial: a não prestação de contas e a sanção de suspensão das cotas do fundo partidário.....	189
5.6.8.	A natureza jurisdicional da prestação de contas.....	190
5.7.	Fidelidade partidária.....	191
5.7.1.	O regime jurídico da infidelidade partidária.....	193
5.7.2.	As hipóteses de justa causa para desfiliação.....	197
5.7.2.1.	Mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário.....	198
5.7.2.2.	Grave discriminação política pessoal.....	199
5.7.2.3.	No período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.....	200

Capítulo 6 – Justiça Eleitoral	203
6.1. A criação da Justiça Eleitoral.....	203
6.2. Organização da Justiça Eleitoral	207
6.2.1. A temporariedade dos mandatos	207
6.2.2. Tribunal Superior Eleitoral.....	211
6.2.3. Tribunais Regionais Eleitorais	216
6.2.4. Juízes eleitorais	220
6.2.5. Juntas eleitorais.....	223
6.3. A natureza dos atos praticados pela Justiça Eleitoral	225
6.3.1. A distinção entre a atividade jurisdicional (contenciosa e voluntária) e a atividade administrativa.....	227
6.3.1.1. Jurisdição (voluntária e contenciosa) e atividade administrativa.....	227
6.3.1.2. A jurisdição pressuposta no conflito	230
6.3.1.3. Crítica à concepção da Jurisdição com base exclusivamente no conflito	232
6.3.1.4. Jurisdição fundada na ausência de interesse do Judiciário na causa.....	237
6.3.1.5. Apreciação crítica	240
6.3.2. As propostas de sistematização das atividades da Justiça Eleitoral	246
6.4. Competência da Justiça Eleitoral	248
6.4.1. TSE.....	252
6.4.1.1. Competência originária	252
6.4.1.2. Competência recursal.....	257
6.5. A função normativa da justiça Eleitoral.....	258
Capítulo 7 – Ministério Público Eleitoral	261
Capítulo 8 – Processo Eleitoral	263
8.1. Delimitação conceitual.....	263
8.2. Controle do processo eleitoral.....	268
8.3. A natureza jurídica (jurisdicional ou administrativa) dos atos jurídicos eleitorais que formam o processo eleitoral.....	272
8.4. Alistamento Eleitoral	272
8.5. Convenções partidárias para escolha de candidatos	273
8.5.1. Conceito e características	273
8.5.2. Momento de realização	273
8.5.3. Propaganda intrapartidária	274
8.5.4. O respeito ao devido processo legal e às deliberações dos diretórios nacionais no procedimento de escolha de candidatos	274
8.5.5. A formação de coligações	275
8.5.6. O registro da convenção	278
8.5.7. Identificação numérica dos candidatos.....	278
8.5.8. O controle jurisdicional da convenção.....	280
8.6. Registro de Candidatura	280

8.7.	Campanha Eleitoral: Administração Financeira – Financiamento e controle de gastos	281
8.7.1.	Financiamento de campanha (arrecadação): as receitas.....	283
8.7.1.1.	Delimitação temporal.....	284
8.7.1.2.	Fontes vedadas e as doações de pessoas jurídicas	284
8.7.1.3.	Fontes permitidas.....	286
8.7.2.	Gastos de campanha	287
8.7.2.1.	Limite de gastos (global e por despesas)	287
8.7.2.2.	Responsabilidade pelas despesas	289
8.7.3.	Formalidades essenciais e escrituração das receitas e despesas	289
8.7.3.1.	Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e abertura de conta bancária: o início das atividades financeiras	289
8.7.3.2.	O registo de receitas	290
8.7.3.3.	O registro das despesas.....	291
8.7.4.	Saldo final: sobras e dívidas de campanha	291
8.7.4.1.	Sobras de campanha.....	291
8.7.4.2.	Dívidas de campanha.....	292
8.7.5.	Prestação de contas de campanha.....	292
8.8.	Campanha eleitoral: pesquisas eleitorais.....	293
8.8.1.	A importância e o risco das pesquisas	293
8.8.2.	Registro das pesquisas	294
8.8.3.	Pesquisas e enquetes	295
8.9.	Campanha eleitoral: propaganda eleitoral	296
8.9.1.	Conceito.....	296
8.9.2.	Espécies de propaganda político-eleitoral.....	296
8.9.3.	Propaganda regular e propaganda irregular.....	297
8.9.4.	Propaganda irregular e poder de polícia.....	298
8.9.5.	Momento de realização da propaganda político-eleitoral e a configuração da propaganda extemporânea	299
8.9.5.1.	Início das propagandas e a propaganda antecipada	299
8.9.5.2.	Fim das propagandas e a propaganda no dia da eleição .	302
8.9.6.	Meios de veiculação da propaganda eleitoral	303
8.9.6.1.	Bens públicos (dominicais e de uso comum).....	303
8.9.6.2.	Bens particulares	305
8.9.6.3.	Material impresso.....	306
8.9.6.4.	Comícios	307
8.9.6.5.	Alto-falantes e amplificadores de som.....	308
8.9.6.6.	Brindes.....	308
8.9.6.7.	Outdoors.....	309
8.9.6.8.	Imprensa escrita	310
8.9.6.9.	Internet.....	311
8.9.6.10.	Rádio e televisão	314
8.10.	Eleições (votação, apuração e totalização e proclamação dos resultados)....	321
8.10.1.	Preparação da eleição.....	321
8.10.1.1.	Preparação das urnas eletrônicas.....	321

8.10.1.2. Preparação das mesas receptoras.....	322
8.10.1.3. Preparação dos locais de votação.....	323
8.10.2. As garantias para o ato de votar.....	323
8.10.2.1. A restrição a prisões cautelares.....	323
8.10.2.2. A facilitação dos meios de transporte.....	324
8.10.2.3. O distanciamento de força armada.....	326
8.10.2.4. A proibição da venda de bebidas alcoólicas.....	326
8.10.2.5. A utilização de forças federais para garantir a ordem (normalidade das eleições e liberdade do eleitor) nas eleições.....	327
8.10.3. Votação e sistemas eleitorais.....	327
8.10.3.1. Sistemas eleitorais.....	327
8.10.3.2. O sistema eleitoral brasileiro.....	328
8.10.4. Apuração, totalização dos votos e proclamação dos eleitos: a ques- tão relativa a nulidade dos votos e à anulação das eleições.....	337
8.10.4.1. Candidatos inelegíveis ou não registrados.....	338
8.10.4.2. Falsidade, Fraude, coação e abuso de poder econômico ou de autoridade e captação ilícita de sufrágio.....	342
8.10.5. Proclamação dos eleitos.....	342
8.10.6. Anulação das eleições e realização de novas eleições.....	343
8.10.6.1. Hipóteses de anulação.....	343
8.10.6.2. Assunção temporária do cargo.....	345
8.10.6.3. A renovação das eleições: eleições suplementares.....	345
8.11. Diplomação.....	347
8.11.1. A diplomação como término do processo eleitoral.....	348
8.11.2. A diplomação como marco jurídico-temporal.....	349
8.11.3. Natureza jurídica.....	351
8.11.4. Requisitos do diploma.....	352
8.11.5. Hipóteses impeditivas da diplomação.....	352
8.12. Ilícitos do processo eleitoral.....	353
8.12.1. Propaganda irregular.....	354
8.12.2. Abuso de poder.....	356
8.12.2.1. Histórico.....	356
8.12.2.2. Requisitos.....	360
8.12.3. Condutas vedadas.....	360
8.12.3.1. Conceito de agente público.....	363
8.12.3.2. Candidatos.....	363
8.12.3.3. Condutas vedadas em espécie.....	363
8.12.3.4. Sanções.....	378
8.12.3.5. Sanções em espécie.....	379
8.12.4. Captação ilícita de sufrágio.....	381
8.12.5. Captação e gastos ilícitos de campanha.....	385

PARTE II

DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

Capítulo 1 – Premissas para a Compreensão do Direito Processual Eleitoral.....	389
1.1. O desenvolvimento do Direito processual eleitoral a partir da criação assistemática das ações eleitorais: as mudanças de paradigmas quanto ao direito de ser votado.....	389
1.2. A judicialização das eleições.....	405
1.3. A aplicação subsidiária do CPC.....	407
1.3.1. A reaproximação do direito processual ao direito material.....	407
1.3.2. A incompatibilidade do CPC com o Direito Eleitoral.....	409
1.3.2.1. A insuficiência da técnica processual individualista do Código de Processo Civil	409
1.3.2.2. As peculiaridades do Direito Eleitoral e a natureza dos direitos em jogo	410
1.3.2.3. A proposta de análise sob a perspectiva da tutela processual coletiva	412
Capítulo 2 – Parte Geral	417
2.1. Características do Direito Processual Eleitoral.....	417
2.1.1. A legitimidade ativa restrita.....	417
2.1.2. A tipicidade de ações (?) e das técnicas processuais	421
2.1.3. A inexistência de um procedimento comum ordinário estabelecido pela Lei.....	427
2.1.4. A irrelevância do pedido frente à tipicidade dos ilícitos eleitorais ..	428
2.1.5. A eficácia imediata dos provimentos judiciais	432
2.2. Semelhança e identidade de causas nas ações eleitorais	434
2.2.1. O conflito de interesses de natureza eleitoral e a sua judicialização	434
2.2.2. Conexão, continência e litispendência (total e parcial): semelhança e identidade de demandas.....	437
2.2.3. A identificação da ação coletiva eleitoral.....	442
2.2.4. A reunião das ações conexas e litispendentes no Direito Eleitoral brasileiro (art. 96-B da Lei nº 9.504/97)	443
2.2.4.1. Fundamento de fato e seu papel na verificação da semelhança ou identidade de demandas	444
2.2.4.2. A possibilidade de novas demandas: legitimidade concorrente e disjuntiva	445
2.2.4.3. Efeitos da anexação da demanda repetida à anterior.....	446
2.2.4.4. A repetição da demanda fundada em nova ou outras provas (art. 96-B, § 3º, da Lei nº 9.504/97)	448
2.3. A prova nas ações eleitorais	452
2.3.1. O princípio <i>in dubio pro suffragii</i> e a certeza da prova.....	452
2.3.2. Peculiaridades quanto à prova testemunhal	453
2.3.3. A livre apreciação da prova pelo órgão judicial eleitoral e o contraditório das partes	455

2.4.	Intervenção de terceiros.....	456
2.4.1.	Premissas fundamentais da intervenção de terceiros	459
2.4.2.	Premissas particulares do Direito Eleitoral.....	460
2.4.3.	Interesse jurídico direto e indireto no Direito Eleitoral	461
2.4.3.1.	Assistência simples e assistência litisconsorcial.....	462
2.4.3.2.	<i>Amicus curiae</i>	464
2.4.3.3.	Desconsideração da personalidade jurídica	465
2.4.3.4.	Denúnciação da lide e chamamento ao processo.....	465
Capítulo 3	– Pedido de Registro de Candidatura.....	467
3.1.	Histórico.....	467
3.2.	A relação entre registro de candidatura e a elegibilidade.....	468
3.3.	Natureza jurídica	472
3.4.	Legitimados.....	474
3.5.	Prazo.....	475
3.6.	Procedimento.....	475
3.6.1.	Requerimento.....	475
3.6.1.1.	Documentos que devem ser anexados.....	476
3.6.1.2.	Variação nominal	491
3.6.2.	Publicação de edital.....	493
3.6.3.	Vista ao Ministério Público?	493
3.6.4.	Diligências.....	494
3.6.5.	Decisão	495
3.6.5.1.	Prazo.....	495
3.6.5.2.	Natureza	496
3.6.5.3.	Efeitos.....	497
3.7.	Efeitos do pedido de registro: os pré-candidatos.....	499
3.8.	Limites da justiça eleitoral na apreciação das inelegibilidades em processo de registro.....	502
3.9.	A suspensão da inelegibilidade advinda das decisões judiciais (art. 26-C, da LC 64/90).....	503
3.9.1.	A competência da Justiça Comum e a inelegibilidade	505
3.9.2.	A suspensão de parcela dos efeitos da decisão recorrida	506
3.9.3.	Plausibilidade da pretensão recursal	507
3.9.4.	A modificação da decisão liminar e suas consequências	507
3.10.	O conhecimento de ofício da inelegibilidade e a notícia de inelegibilidade..	509
3.11.	Pedido de substituição de candidato	517
3.11.1.	Quem pode ser substituído.....	517
3.11.2.	Momento em que pode ser realizada a substituição	518
3.11.3.	Hipóteses de substituição	519
3.11.3.1.	Indeferimento do registro	519
3.11.3.2.	Inelegibilidade.....	520
3.11.3.3.	Renúncia.....	520
3.11.3.4.	Falecimento.....	522
3.11.3.5.	Cancelamento do registro	523
3.11.4.	Prazo de requerimento.....	524

Capítulo 4 – Ação de Impugnação do (Pedido de) Registro de Candidatura	525
4.1. Histórico	526
4.2. Natureza jurídica	528
4.3. Legitimidade ativa.....	529
4.3.1. Candidato	529
4.3.2. Partido político	530
4.3.3. Coligação.....	531
4.3.4. Ministério Público.....	532
4.3.5. Eleitor.....	533
4.4. Legitimidade passiva.....	534
4.5. Causa de pedir	537
4.6. Prazo	540
4.7. Procedimento.....	541
4.7.1. Inicial.....	541
4.7.2. Defesa.....	542
4.7.3. Julgamento conforme o estado do processo	543
4.7.4. Instrução.....	544
4.7.5. Alegações finais	544
4.7.6. Decisão	544
Capítulo 5 – Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	545
5.1. Histórico e natureza jurídica	545
5.2. A raiz constitucional da AIJE.....	547
5.3. Legitimidade ativa.....	549
5.4. Legitimidade passiva.....	550
5.5. Causa de pedir	551
5.6. Pedido	551
5.7. Prazo.....	552
5.8. Competência	554
5.9. Procedimento.....	554
5.9.1. Inicial.....	555
5.9.2. Rejeição liminar	556
5.9.3. Contestação	557
5.9.4. Réplica.....	557
5.9.5. Instrução.....	557
5.9.6. Alegações finais	558
5.9.7. Julgamento.....	558
5.10. Tutela de urgência.....	561
5.11. AIJE e a representação pela captação ilícita de sufrágio.....	561
5.12. AIJE e AIME	563
Capítulo 6 – Representação do Art. 96 da Lei das Eleições	565
6.1. Histórico e natureza jurídica	565
6.2. Causa de pedir	566
6.3. Legitimados.....	569

6.4. Prazo.....	569
6.5. Competência.....	570
6.6. Procedimento.....	570
Capítulo 7 – Direito de Resposta	573
7.1. A proteção da liberdade de voto do eleitor, a igualdade dos candidatos e a proteção da imagem e DA honra do ofendido	573
7.2. Especificidades do rito da representação para obtenção do direito de resposta nos diversos meios de comunicação	576
Capítulo 8 – Representação pela Prática de Condutas Vedadas	579
8.1. Natureza jurídica	579
8.2. Causa de pedir.....	579
8.3. Procedimento.....	580
8.4. Prazo para ajuizamento	580
Capítulo 9 – Representação pela Prática de Captação Ilícita de Sufrágio	581
9.1. Natureza jurídica	582
9.2. Legitimidade ativa e passiva.....	582
9.3. Causa de pedir.....	584
9.4. Pedido	584
9.5. Prazo.....	585
9.6. Procedimento.....	586
Capítulo 10 – Recurso contra a Expedição de Diploma	587
10.1. Histórico	587
10.2. Natureza jurídica	588
10.3. Legitimados.....	589
10.4. Causa de pedir (cabimento)	589
10.4.1. Inelegibilidade superveniente	590
10.4.2. Inelegibilidades constitucionais	591
10.4.3. Ausência de condição de elegibilidade	591
10.5. Prazo.....	592
10.6. Competência	592
10.7. Procedimento.....	593
10.8. Eficácia da procedência do RCED.....	594
Capítulo 11 – Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	595
11.1. Histórico e natureza jurídica	595
11.2. Legitimidade.....	595
11.3. Causa de pedir.....	597
11.4. Pedido	598
11.5. Prazo.....	598
11.6. Procedimento.....	599
11.7. Competência	601
11.8. Efeitos da procedência	601

Capítulo 12 – Prestação de Contas.....	605
12.1. Amparo normativo	606
12.2. Natureza jurídica	607
12.3. Publicidade dos dados da prestação de contas.....	609
12.4. Prazo.....	610
12.5. Legitimidade.....	610
12.6. Procedimento.....	610
12.6.1. Apresentação	610
12.6.2. Análise técnica.....	611
12.6.3. Esclarecimentos	611
12.6.4. Parecer do MP	612
12.6.5. Julgamento.....	612
12.6.5.1. Aprovação.....	612
12.6.5.2. Aprovação com ressalvas.....	612
12.6.5.3. Desaprovação	614
12.6.5.4. Não prestadas.....	614
12.7. A prestação de contas de campanha e a representação por captação e gastos ilícitos de campanha (art. 30-A da Lei nº 9.504/97)	615
Capítulo 13 – Representação por Captação (Arrecadação) e Gasto Ilícitos de Recursos de Campanha	617
13.1. Legitimidade.....	618
13.2. Prazo.....	619
13.3. Causa de pedir	619
13.4. Pedido	620
13.5. Procedimento.....	621
Capítulo 14 – Representação por Doação acima do Valor Legal	623
14.1. Legitimidade.....	624
14.2. Causa de pedir	624
14.3. Pedido	626
14.4. Prazo.....	626
14.5. Procedimento.....	627
Capítulo 15 – Ação de Exclusão de Eleitor	629
15.1. Causa de pedir	630
15.2. Legitimidade.....	630
15.3. Rito.....	631
15.4. Sentença.....	632
15.5. A exclusão do eleitor a partir da revisão do eleitorado	633
Capítulo 16 – Ação de Perda de Mandato por Infidelidade Partidária e Ação Declaratória de Justa Causa para Desfiliação	635
16.1. Natureza jurídica	635
16.2. Prazo.....	636
16.3. Causa de pedir.....	636

16.4. Legitimidade.....	637
16.5. Intervenção de terceiros.....	638
16.6. Competência.....	638
16.7. Procedimento.....	639
16.7.1. Inicial.....	639
16.7.2. Defesa.....	640
16.7.3. Instrução probatória.....	640
16.7.4. Alegações finais.....	641
16.8. Julgamento.....	641
16.8.1. Efeitos.....	641
16.8.2. Eficácia.....	642
Capítulo 17 – Recursos Eleitorais.....	645
17.1. Aspectos gerais.....	645
17.2. Meios de impugnação das decisões judiciais no Direito Eleitoral.....	646
17.3. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito.....	647
17.4. Requisitos de admissibilidade.....	648
17.4.1. Cabimento.....	648
17.4.2. Legitimidade recursal.....	649
17.4.3. Interesse em recorrer.....	653
17.4.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer.....	654
17.4.5. Tempestividade.....	654
17.4.6. Regularidade Formal.....	656
17.4.7. Preparo.....	657
17.5. Princípios recursais.....	657
17.5.1. Princípio da Singularidade.....	657
17.5.2. Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.....	658
17.5.3. Princípio da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	659
17.5.4. Princípio da Fungibilidade.....	660
17.6. Efeitos dos recursos.....	663
17.7. Dos Recursos em Espécie.....	667
17.7.1. Os recursos eleitorais e o órgão competente.....	667
17.7.2. O recurso inominado.....	667
17.7.3. Embargos de Declaração.....	670
17.7.4. Recurso Ordinário.....	673
17.7.5. Recurso Especial Eleitoral.....	677
17.7.6. Recurso Extraordinário.....	681
Capítulo 18 – Ações Autônomas de Impugnação.....	683
18.1. Ação Rescisória Eleitoral.....	683
18.1.1. Cabimento.....	684
18.1.2. Casos de Inelegibilidade.....	685
18.1.3. Decisões exclusivamente do TSE.....	689
18.1.4. Fundamentos para a rescindibilidade.....	692

18.1.5. Prazo para o ajuizamento.....	692
18.1.6. Eficácia da decisão rescindenda	693
18.1.7. Procedimento	696
18.2. Mandado de Segurança contra ato judicial no processo eleitoral	696
18.2.1. Mandado de Segurança como sucedâneo recursal.....	696
18.2.2. As fases da evolução do pensamento jurídico sobre o MS contra ato judicial.....	698
18.2.3. Os requisitos para o cabimento do MS contra ato judicial no Direito Eleitoral	701
18.2.3.1. Decisão irrecurável.....	702
18.2.3.2. Decisão ilegal (teratológica?) e que fira direito líquido e certo	705
18.2.3.3. Decisão que não esteja coberta pela coisa julgada	709
18.2.3.4. Objeto do <i>mandamus</i>	710
18.2.3.5. Decisão capaz de produzir danos irreparáveis ou de difícil reparação	713
18.2.4. Prazo	715
18.2.5. O mandado de segurança e o terceiro prejudicado	717
18.2.6. Competência	719
Referências Bibliográficas.....	723